

Ministério da Defesa Nacional

Nota Explicativa OE 2013



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Índice

1.	Sumário Executivo	2
2.	Nota introdutória	3
3.	Defesa Nacional	3
3.1.	Objetivos	3
4.	Políticas	6
4.1.	Cooperação Técnico-Militar	6
4.2.	Apoio aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas	7
4.3.	Forças Nacionais Destacadas.....	9
4.4.	Investimentos.....	10
4.4.1.	Lei de Programação Militar	10
4.4.1.1.	Serviços Centrais	11
4.4.1.2.	EMGFA.....	11
4.4.1.3.	Marinha	12
4.4.1.4.	Exército.....	12
4.4.1.5.	Força Aérea	12
4.4.2.	Projetos – Ex-PIDDAC	13
4.5.	Lei de Programação de Infraestruturas Militares.....	15
5.	Orçamento Global da Defesa Nacional para 2013	17
5.1.	Análise Geral	18
5.2.	Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial	24
5.2.1.	Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais	24
5.2.1.1.	Gabinetes dos Membros do Governo	26
5.2.1.2.	Serviços Centrais	26
5.2.1.2.1.	Despesas com o Pessoal	27
5.2.1.2.2.	Manutenção e Funcionamento	27
5.2.1.2.3.	Transferências	27
5.2.2.	Estado-Maior General das Forças Armadas	29
5.2.2.1.	Despesas com o Pessoal	31
5.2.2.2.	Material e Equipamento.....	31
5.2.2.3.	Manutenção e Funcionamento	31
5.2.3.	Marinha	34
5.2.3.1.	Despesas com o Pessoal	36
5.2.3.2.	Material e Equipamento.....	36
5.2.3.3.	Manutenção e Funcionamento	36
5.2.4.	Exército.....	39
5.2.4.1.	Despesas com o Pessoal	41
5.2.4.2.	Material e Equipamento.....	41
5.2.4.3.	Manutenção e Funcionamento	41
5.2.4.4.	Transferências	42
5.2.5.	Força Aérea	44
5.2.5.1.	Despesas com o Pessoal	46
5.2.5.2.	Operação e Manutenção.....	46

1. Sumário Executivo

- Ao Ministério da Defesa Nacional foi atribuído um *plafond* inicial de 1.778,0 M€, para planeamento de despesas financiadas por receitas gerais, montante que foi corrigido para 1.842,5 M€.
- Finalizado o processo de planeamento, e tendo em conta todas as fontes de financiamento, a dotação global atribuída à Defesa Nacional para 2013 é de 2.248,6 M€, dos quais 2.086,8 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 161,8 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos¹, prevendo-se ainda que as transferências entre subsectores atinjam os 6,8 M€.
- Em termos de classificação funcional das despesas do Estado, a Defesa Nacional representará em 2013, 1.938,8 M€, que corresponde a 1,2% do Produto Interno Bruto.
- Nos dois quadros seguintes apresenta-se a distribuição da dotação global atribuída aos serviços integrados, respetivamente, por tipo de despesa e por serviços.

Quadro 1 - Dotação dos Serviços Integrados, por tipo despesa

Grupo de despesas	Valor	Un.: Euros
		Peso (em %)
Despesas com cobertura em receitas gerais	1.842.490.289	88,3%
Despesas com pessoal	1.146.107.494	54,9%
Operação e Manutenção	394.736.295	18,9%
Investimento	247.646.500	11,9%
Lei de Programação Militar	230.909.000	11,1%
Projetos (ex-PIDDAC)	16.737.500	0,8%
Forças Nacionais Destacadas	54.000.000	2,6%
Despesas com cobertura em receitas próprias (DCCR)	244.316.665	11,7%
Lei de Programação de Infraestruturas Militares	84.745.000	4,1%
Outras Despesas	159.571.665	7,6%
Total Geral	2.086.806.954	100,0%

Quadro 2 - Dotação dos Serviços Integrados, por Serviços

Grupo de despesas	Departamentos					Total Geral
	MDN/SC	EMGFA	MARINHA	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA	
	Un.: Euros					
Despesas com cobertura em receitas gerais	396.169.122	41.884.469	503.619.979	598.587.911	302.228.808	1.842.490.289
Despesas com pessoal	62.650.877	24.189.621	336.195.277	501.164.911	221.906.808	1.146.107.494
Operação e Manutenção	163.469.745	10.896.848	87.369.702	79.000.000	54.000.000	394.736.295
Investimento	116.048.500	6.798.000	80.055.000	18.423.000	26.322.000	247.646.500
Lei de Programação Militar	103.811.000	6.798.000	78.555.000	16.923.000	24.822.000	230.909.000
Projetos (ex-PIDDAC)	12.237.500		1.500.000	1.500.000	1.500.000	16.737.500
Forças Nacionais Destacadas	54.000.000					54.000.000
Despesas com cobertura em receitas próprias (DCCR)	83.091.645	3.047.000	47.828.291	60.800.000	49.549.729	244.316.665
Lei de Programação de Infraestruturas Militares	55.850.000		5.800.000	15.800.000	7.295.000	84.745.000
Outras Despesas	27.241.645	3.047.000	42.028.291	45.000.000	42.254.729	159.571.665
Total Geral	479.260.767	44.931.469	551.448.270	659.387.911	351.778.537	2.086.806.954
Peso (em %) . . .	22,97%	2,15%	26,43%	31,60%	16,86%	100%

¹No ODN para 2013 manteve-se a Arsenal do Alfeite, SA, como Entidade Pública Reclificada [EPR], que, para o efeito, foi equiparado a Serviço e Fundo Autónomo [SFA], em consequência da aplicação do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental [LEO] – Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na sua redação atual.



2. Nota introdutória

O presente documento pretende complementar a informação inserida no Orçamento do Estado para 2013, na parte respeitante ao Ministério da Defesa Nacional (MDN).

A metodologia utilizada na sua elaboração consistiu em proceder a análises comparativas entre o Orçamento da Defesa Nacional (ODN²) proposto para 2013 com os montantes executados em 2011, e os aprovados para o ano de 2012 (Orçamento Inicial), relevando-se os aspetos mais significativos.

3. Defesa Nacional

Entre 2012 e 2015, o MDN orientará a sua atividade tendo presentes os objetivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, e que se encontram constitucionalmente definidas, bem como o fato de a incerteza que vem caracterizando o contexto internacional exigir respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

Nesse sentido o MDN continuará a executar medidas e ações que garantam maior eficiência e eficácia, que permitam encontrar o equilíbrio entre os recursos disponíveis e as necessidades das Forças Armadas, libertando recursos onde eles são menos necessários, para os alocar onde realmente fazem mais falta.

Concluído o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) no MDN, com a consequente racionalização das estruturas e melhor utilização dos recursos, 2013 assistirá ao desenvolvimento do processo de reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, orientada para o incremento, coordenação e exploração de sinergias entre as diferentes estruturas.

3.1. Objetivos

Neste quadro, é intenção do MDN prosseguir o caminho decorrente da revisão e aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, iniciando, de forma sequente, coerente e célere, a revisão do Conceito Estratégico Militar, das Missões das Forças Armadas, do Sistema de Forças Nacional e do Dispositivo de Forças.

No âmbito do relacionamento com a União Europeia, Portugal apoiará a Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo as vertentes de Investigação e Desenvolvimento e da Indústria.

²O ODN integra os seguintes Capítulos: Capítulo 01 – Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais; Capítulo 02 – Estado-Maior-General das Forças Armadas; Capítulo 03 – Marinha; Capítulo 04 – Exército; Capítulo 05 – Força Aérea.



No contexto da NATO, prosseguirá o apoio à STRIKEFORNATO, que atingiu já a sua plena capacidade operacional, e continuará o desenvolvimento do processo de transferência da Escola de Comunicações e de Sistemas de Informação da NATO para Portugal, assegurando a plena participação nacional no processo de transformação da Aliança.

O esforço nacional em missões humanitárias e de paz, sob a égide de organizações internacionais, através do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas, manter-se-á em 2013, dando continuidade ao compromisso com a segurança e a estabilidade internacionais.

As relações, bilaterais e multilaterais, com os Países de Língua Portuguesa serão reforçados, seja no domínio da Cooperação Técnico-Militar, seja no apoio à Reforma do Setor da Segurança, havendo abertura para dar continuidade à integração de contingentes militares de Países de Língua Portuguesa nas Forças Nacionais Destacadas, tal como sucedido com Timor-Leste (na UNIFIL-ONU, no Líbano), e com Moçambique (na operação ATALANTA-UE, no Índico).

Portugal intensificará ainda as relações externas de Defesa e o relacionamento: com os nossos aliados e parceiros, destacando-se a relação estratégica privilegiada com os EUA; com a região do Mediterrâneo e do Magreb; bem como com parceiros atuais e potenciais na área da Economia de Defesa.

Por outro lado, no ano letivo 2013/2014 realizar-se-ão ajustamentos nos Estabelecimentos Militares de Ensino não superior, desenvolvendo e consolidando medidas de integração e otimização de recursos iniciadas em 2012, tendo em vista a coerência do projeto educativo assente nas características próprias da instituição militar e a sua eficiência.

Por sua vez, prosseguirá a reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército, dotando-os de novos modelos organizacional e jurídico e racionalizando estruturas e recursos, dando continuidade ao processo iniciado em 2012.

Em 2013 continuarão os trabalhos com vista à plena implementação do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas, resultante da fusão dos Hospitais Militares dos Ramos das Forças Armadas. Paralelamente continuará a avaliação da reforma do sistema de Saúde Militar, tendo como objetivo a prestação de melhores serviços, suportada por recursos humanos, financeiros e materiais adequados às necessidades e financeiramente sustentados.

No decurso de 2013, serão também promovidas medidas que permitam a redução do custo anualmente suportado pela Assistência na Doença aos Militares, procurando, simultaneamente, a melhoria dos cuidados prestados aos beneficiários.

O processo de criação do “balcão único” de apoio aos Antigos Combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas, iniciado em 2012, e que pretende garantir, a este universo de ex-militares, um acesso mais fácil e procedimentos mais ágeis, continuará a ser desenvolvido, por forma a poder ser executado até final do ano.



As Leis de Programação Militar (LPM) e de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) serão revistas, na sequência da conclusão do processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, equilibrando as necessidades de reequipamento das Forças Armadas e a manutenção do património da Defesa Nacional com as disponibilidades económico-financeiras atuais. Para 2013 o MDN irá reduzir em 45,7% os valores previstos pela Lei de Programação Militar - redução significativa que implica a manutenção do esforço de revisão e renegociação de contratos atualmente em vigor.

Será dada continuidade à reestruturação do sector empresarial da Defesa, em curso desde 2012, dinamizando a atividade da EMPORDEF e das suas participadas na procura de novos parceiros e parcerias internacionais que tragam valor acrescentado para a economia nacional, para o tecido empresarial e para as áreas da inovação científica e tecnológica.

O MDN prosseguirá os esforços de coordenação com outros Ministérios em áreas onde o aproveitamento de capacidades e de sinergias pode potenciar e reforçar a capacidade de resposta nacional perante diversas situações de interesse público e das populações.

A atividade do MDN terá em atenção os compromissos a que Portugal está obrigado no quadro do apoio económico-financeiro prestado pelas instituições internacionais, sendo o MDN parte ativa do esforço nacional de contenção da despesa pública.

A racionalização de estruturas e de recursos, tendo em vista maior eficácia e eficiência das Forças Armadas, pretende igualmente aprofundar o conceito de umas forças armadas ao serviço das pessoas.



4. Políticas

4.1. Cooperação Técnico-Militar

Na área da Cooperação Técnico-Militar (CTM), o processo de elaboração do orçamento para 2013, fundamentado nos objetivos de Política Externa e da Cooperação Portuguesa, mas também na “Orientação estratégica para a Cooperação Militar” e no Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), prevê a verba de 5.967.720 €, com o intuito de garantir a prossecução das atividades em curso e de outras que se prevê venham a ser desenvolvidas:

- a) Execução dos Programas-Quadro em vigor, e dos respetivos Projetos, desenvolvendo e aprofundando a Cooperação Técnico-Militar com os Países de Língua Portuguesa (PLP);
- b) Resposta a novas solicitações de apoio na área da CTM, sobretudo envolvendo a componente naval das Forças Armadas dos PLP;
- c) Ações de Formação e Instrução dos militares dos PLP, seja em Portugal, no âmbito do Programa Anual, seja nos respetivos países de origem;
- d) Eventual renegociação de Programas-Quadro tendo em conta novas áreas de atuação;
- e) Necessidade de recuperar Residências e outras instalações onde se encontram alojadas assessorias portuguesas nalguns dos Países onde desenvolvem ações de CTM, garantindo condições de habitabilidade aceitáveis e simultaneamente reduzindo as despesas com alojamentos em hotéis;
- f) Renovar o parque de viaturas afetas aos Projetos, sob pena de alguns verem reduzida a sua capacidade de execução;
- g) Continuação da prestação de apoios no domínio da assistência hospitalar e da formação em Portugal;
- h) Continuidade do desenvolvimento da vertente multilateral da CTM, no quadro da CPLP, com possível início do processo de implantação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores na vertente das Operações de Paz;
- i) Responsabilidade pelos encargos decorrentes dos apoios que o MDN presta ao PLP que recebe o Exercício FELINO 2013;
- j) Aplicação do PAMPA, com maior envolvimento em atividades de Organizações Internacionais e Regionais de Segurança e Defesa;
- k) Responsabilidade pelos encargos decorrentes da presença de um Representante do MDN no *Africa Center for Strategic Studies* (Washington, EUA);
- l) Continuação do apoio à Força Aérea Portuguesa (FAP) no curso de pilotagem/tirocínio, em Portugal, dos 8 alunos PILAV formados em 2009 na Academia Militar Marechal Samora Machel de Moçambique e possibilidade de formação no domínio dos controladores aéreos;
- m) Eventual Início de atividades de CTM trilateral com o Brasil;
- n) Atividade dos Grupos de Trabalho que irão desenvolver as Parcerias Estratégicas na área da Economia de Defesa com Angola, Moçambique e Cabo Verde;
- o) Reuniões do Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa (SPAD).



4.2. Apoio aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas

As políticas de apoio aos antigos combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas têm como objetivo primordial a garantia de valores e princípios essenciais para com aqueles que, no âmbito militar, serviram o País e que, por essa razão, devem ser reconhecidos, dignificados e apoiados.

Importa, assim, agilizar os procedimentos relativos ao apoio aos antigos combatentes e deficientes das Forças Armadas com vista a:

- Garantir aos antigos combatentes a manutenção do apoio por parte das estruturas de saúde militar, nomeadamente na área da saúde mental;
- Reduzir o número de processos pendentes com vista à qualificação como deficiente das Forças Armadas;
- Apoiar o associativismo dos antigos combatentes e garantir o seu direito à auscultação nas matérias que lhes digam respeito.

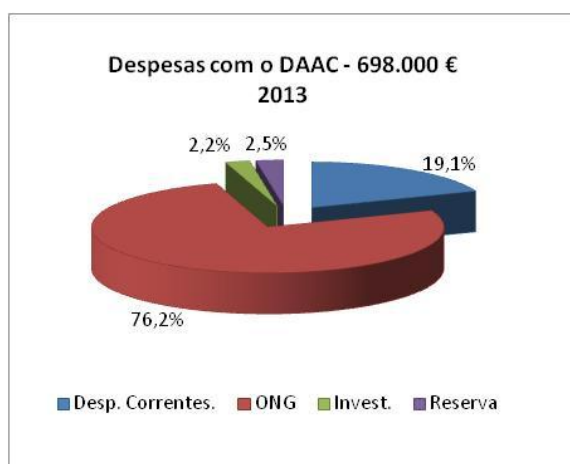
Para cumprimento destes desígnios será desenvolvido em 2013, através da Direção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar/Direção de Serviços de Saúde, Assuntos Sociais e Antigos Combatentes (DSSASAC), um conjunto de ações, de entre as quais se destacam:

1. Estreitamento da colaboração com entidades e organismos externos para identificar focos de conflito e de atraso no atendimento de Antigos Combatentes/Deficientes das Forças Armadas, decorrentes de uma ineficaz ligação e colaboração institucional, implementando métodos de correção e avaliação conjuntos;
2. Desenvolvimento de estudos em parceria com outras entidades, nomeadamente as que têm protocolos com o MDN, tendo em vista o acompanhamento da situação de antigos combatentes em risco;
3. Desenvolvimento de estudos no âmbito da adaptação da Lei nº 3/2009, de 13 de janeiro, no que se refere aos antigos combatentes oriundos do recrutamento local;
4. Agilização dos procedimentos necessários para acesso à Rede Nacional de Apoio (RNA), aos militares e ex-militares portadores de Perturbação Psicológica Crónica resultante da exposição a fatores traumáticos durante a vida militar, garantindo um adequado tratamento aos que dele precisam.

Neste sentido, o orçamento destinado ao apoio aos antigos combatentes que o gráfico abaixo sintetiza, apresentando os valores propostos para o próximo ano económico por agrupamentos, é afeto, na sua maior parte, ao apoio médico, psicológico e social prestado no âmbito da RNA, através das Organizações não-governamentais de Antigos Combatentes com as quais o MDN estabeleceu protocolos para o efeito, designadamente:

- Associação dos Deficientes das Forças Armadas – ADFA;
- Associação de Combatentes do Ultramar Português – ACUP;
- Associação Nacional de Combatentes do Ultramar – ANCU;
- Associação de Ex-Combatentes Vitimas de Stress de Guerra – APOIAR; e
- Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra – APVG.

Despesas com o Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes



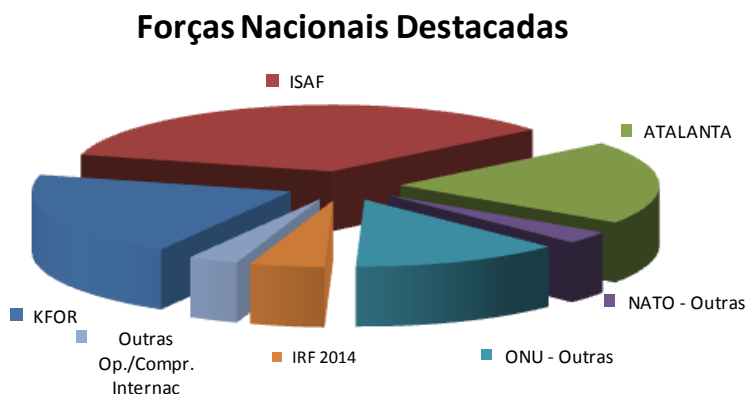
- Em 2012 foram disponibilizados [0,734 M€]

4.3. Forças Nacionais Destacadas

Portugal tem vindo a participar na implementação de planos de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações, tendo sempre como referência o Direito Internacional e as deliberações das Nações Unidas

Para o ano de 2013, encontram-se previstos 54 M€, distribuídos da seguinte forma:

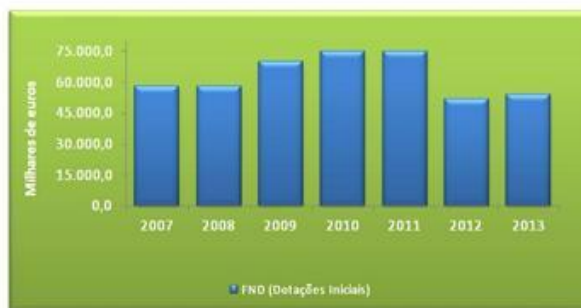
Forças Nacionais Destacadas



- Em 2012 foram disponibilizados [52,0 M€]

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos montantes anualmente inscritos (valores iniciais) no âmbito das FND.

Forças Nacionais Destacadas - Evolução



4.4. Investimentos

4.4.1. Lei de Programação Militar

Para o ano de 2013 estão previstos 230,9 M€ para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, montante que reflete uma redução de cerca de 45,7% da dotação inscrita na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto (Lei da Programação Militar (LPM)).

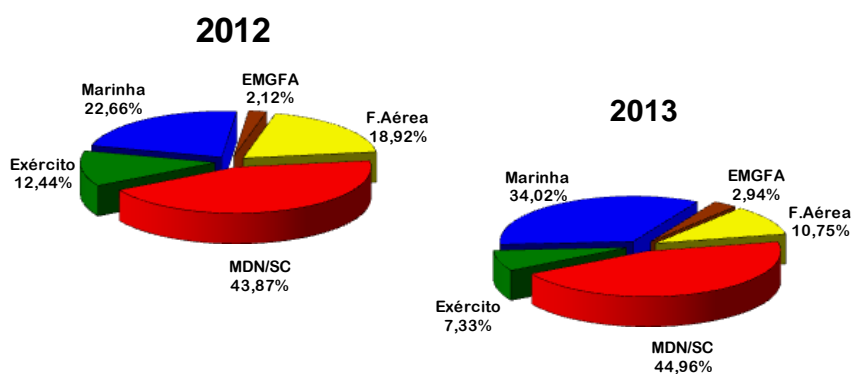
Em síntese, as dotações afetas à LPM para 2013 são as seguintes:

Quadro 3 – Dotações afetas à LPM, por Departamentos

(Em euros)

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2012	2013	Quant.	%	2012	2013
- MDN/SC	101.217.000	103.811.000	2.594.000	2,56%	43,87%	44,96%
- EMGFA	4.890.000	6.798.000	1.908.000	39,02%	2,12%	2,94%
- MARINHA	52.278.000	78.555.000	26.277.000	50,26%	22,66%	34,02%
- EXÉRCITO	28.695.000	16.923.000	-11.772.000	-41,02%	12,44%	7,33%
- FORÇA AÉREA	43.655.000	24.822.000	-18.833.000	-43,14%	18,92%	10,75%
TOTAL	230.735.000	230.909.000	174.000	0,08%	100,00%	100,00%

Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional
Lei de Programação Militar [LPM] – 230,909 M€



- Em 2012 foram disponibilizados [230,7 M€]



Seguidamente apresenta-se uma síntese dos projetos mais relevantes, a qual reflete, também, a redução de esforço financeiro atrás referido:

4.4.1.1. Serviços Centrais

O montante global das verbas inscritas no Capítulo 01, no âmbito da LPM, ascende a 103,8 M€, os quais se distribuem pelas seguintes medidas:

- i) **Modernização da Base Industrial e Tecnológica da Defesa**, com a qual se visa apoiar e dinamizar a participação da indústria nacional no mercado da Defesa Europeia, em especial as Pequenas e Medias Empresas, bem como incentivar a participação ativa das Universidades e polos de I&D em parcerias ou projetos de cooperação, de particular interesse para a Defesa.
- ii) **Capacidades Conjuntas**, destinada a suportar a execução de vários projetos no âmbito da edificação de capacidades relevantes para a operacionalidade e intervenção conjunta das várias componentes do Sistema de Forças Nacional. Os montantes previstos nesta medida, para o ano de 2013, destinam-se fundamentalmente aos encargos associados ao programa dos helicópteros EH-101, aeronaves C-295 e modernização da aeronave C-130.
- iii) **Sistemas de Informação e Gestão**, na qual se contemplam verbas para o desenvolvimento e operacionalização do SIGDN, que permite normalizar os processos e atividades desenvolvidas no âmbito financeiro, pessoal e logístico para todo o universo da Defesa Nacional.

Apesar de não estar prevista a sua continuidade a partir de 2011 na Lei Orgânica n.º 4/2006, a consideração desta medida em 2013, visa não comprometer a construção de capacidades, já que o quadro financeiro daquela lei se encontra desajustado em virtude de não ter sido revisto em 2009, como previsto.

4.4.1.2. EMGFA

A dotação atribuída ao EMGFA para 2013 é de 6,8 M€, estando inscrita na medida Comando e Controlo, com a qual se visa dotar as Forças Armadas com as facilidades de comunicações e sistemas de informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede.

Apesar de não estar prevista a sua continuidade a partir de 2011 na Lei Orgânica n.º 4/2006, a consideração desta medida em 2013, visa não comprometer a construção de capacidades, já que o quadro financeiro daquela lei se encontra desajustado em virtude de não ter sido revisto em 2009, como previsto.



4.4.1.3. Marinha

Em 2013, as verbas atribuídas à Marinha ascendem a 78,6 M€ onde se destacam as seguintes medidas:

- i) **Capacidade de Comando e Controlo**, com a qual se visa dotar as Forças Armadas com as facilidades de comunicações e sistemas de informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede.
- ii) **Capacidade submarina**, para suportar encargos associados ao fornecimento logístico, armamento, formação e treino relacionados com os novos submarinos;
- iii) **Capacidade Oceânica**, na qual se contemplam as verbas destinadas ao pagamento das fragatas recentemente adquiridas;
- iv) **Capacidade de Projeção de Forças**, que suporta os encargos previstos para o reequipamento dos Fuzileiros nas suas componentes de desembarque, operações especiais e *intelligence*.

4.4.1.4. Exército

O Exército disporá no ano de 2013 de cerca de 16,9 M€ no âmbito da LPM, estando esta dotação afeta, em parte significativa, às medidas *Capacidade de Intervenção*, *Capacidade de Apoio Geral* e *Capacidade de Comando e Controlo*.

Na medida *Capacidade Mecanizada* estão contempladas verbas relacionadas com a atualização e extensão da vida útil das viaturas blindadas de transporte de pessoal M113.

4.4.1.5. Força Aérea

Por seu lado, a Força Aérea terá uma dotação de 24,8 M€, em 2013, com destaque para as medidas *Capacidade de Comando e Controlo* e *Capacidade de Operações Aéreas ASW/ASUW*, nomeadamente tendo em vista os encargos com a modernização das aeronaves.

4.4.2. Projetos – Ex-PIDDAC

Os projetos incluídos na proposta de Orçamento de Estado para 2013 apresentam um valor de 16,7 M€, em termos globais.

Os principais projetos sob responsabilidade direta do MDN/SCS referem-se à construção de navios para a Marinha pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nomeadamente com a conclusão do projeto dos Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), bem como ao projeto de construção da Infra Estruturas em terra do *Global Maritime Distress and Safety System/PO*.

Para além destes, aposta-se na continuidade de alguns projetos de importância significativa, tais como o Sistema Militar de Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a cooperação com as Autarquias Locais, e a modernização do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea.

No quadro seguinte compara-se, por Capítulos, os montantes globais atribuídos, bem como o seu peso relativo:

Quadro 4 – Dotações afetas a projetos, por Capítulos

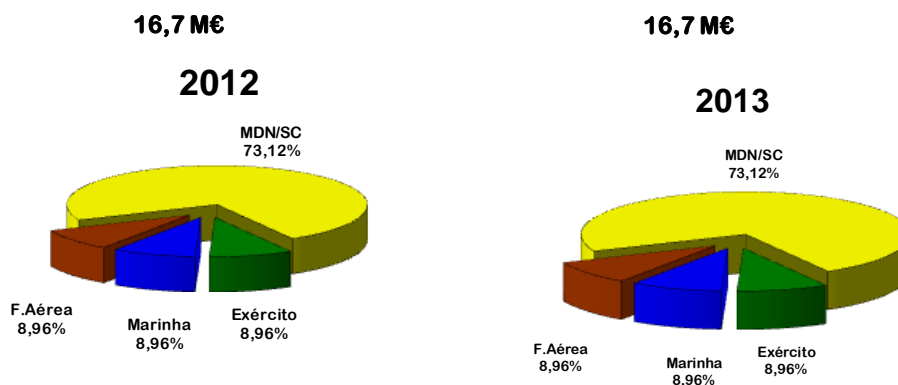
Departamentos	[Em Euros]					
	Anos		Variação		Peso relativo	
	2012	2013	Quant.	%	2012	2013
- MDN/SC	12.237.500	12.237.500	0	0,00%	73,11%	73,11%
- EMGFA	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
- MARINHA	1.500.000	1.500.000	0	0,00%	8,96%	8,96%
- EXÉRCITO	1.500.000	1.500.000	0	0,00%	8,96%	8,96%
- FORÇA AÉREA	1.500.000	1.500.000	0	0,00%	8,96%	8,96%
TOTAL	16.737.500	16.737.500	0	0,00%	100,00%	100,00%

Nos quadros e gráfico seguintes apresentam-se os quantitativos afetos ao MDN, repartidos por Medidas e por Departamentos e Projetos, numa perspetiva plurianual.

Quadro 5 – Distribuição por Medidas

Un.: Euros

Medidas	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA						TOTAL
	Executado até 31/12/2011	2012 (Exec. Prevista)	2013	2014	2015	ANOS SEGUINTE	
004 - Serviços Gerais da AP - Investigação científica de caracter geral	2.786.606	99.998	100.000	1.236.937	1.508.000	121.603	5.853.144
006 - Defesa - Investigação	9.652.242		185.000				9.837.242
007 - Defesa - Forças Armadas	153.291.927	4.686.541	13.252.500	62.108.056	206.874.534	1.000.000	441.213.558
014 - Seg. e Ordem Pública - Protec. Civil e luta contra incêndios	7.998.141	12.395	1.400.000	11.285.585	10.606.000	7.317.915	38.620.036
017 - Educação - Estabelecimentos de ensino não superior	1.453.745	501.066	1.633.200	3.500.000	5.850.000		12.938.011
018 - Educação - Estabelecimentos de ensino superior	2.677.512		166.800				2.844.312
Total ...	177.860.173	5.300.000	16.737.500	78.130.578	224.838.534	8.439.518	511.306.303

**Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional
Capítulo 50 – Investimentos do Plano [PIDDAC]**


4.5. Lei de Programação de Infraestruturas Militares

A Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) tem como principal objetivo programar a gestão de imóveis afetos à defesa nacional.

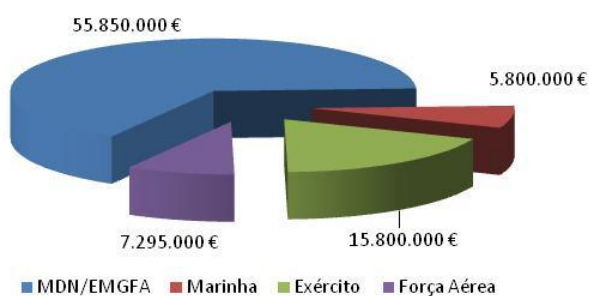
Incorpora, na vertente da receita, o resultado da rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional - mediante a libertação de infraestruturas não afetas, numa lógica de «menos mas melhores» infraestruturas militares - e, na vertente da despesa, responsabilidades decorrentes de Fundos ou de projetos de modernização das infraestruturas.

A execução desta Lei é plurianual, abrangendo um período de 12 anos, sendo o investimento a realizar - que se prevê na ordem dos 834 M€ - suportado por receitas geradas pelas operações de rentabilização do património afeto a Defesa Nacional.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos montantes previstos na lei para o ano de 2013, num total de 84,7 M€ por Departamentos.

Lei da Programação de Infraestruturas Militares

Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares -
2013





TOTAL MINISTERIO



5. Orçamento Global da Defesa Nacional para 2013

Ao Ministério da Defesa Nacional foi atribuído um *plafond* inicial de 1.778,0 M€, para planeamento de despesas financiadas por receitas gerais, montante que foi corrigido para 1.842,5 M€.

Finalizado o processo de planeamento, e tendo em conta todas as fontes de financiamento, a dotação global atribuída à Defesa Nacional para 2013 é de 2.248,6 M€, dos quais 2.086,8 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 161,8 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos³, prevendo-se ainda que as transferências entre subsectores atinjam os 6,8 M€.

A comparação daquela dotação, com o valor inicial do orçamento para 2012, evidencia um crescimento de 1,1% no total dos recursos financeiros afetos à Defesa Nacional.

Quadro 6 - Despesa total consolidada – MDN

Un.: milhões de euros

	2012	2013	Variação (%)	Estrutura 2013 (%)
	Inicial	Proposta		
ESTADO	2.052,5	2.086,8	1,7%	93,1%
1. Funcionamento	2.035,8	2.070,1	1,7%	92,3%
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	1.795,8	1.825,8	1,7%	81,4%
Funcionamento em sentido estrito	1.366,7	1.389,1	1,6%	62,0%
Dotações específicas	429,1	436,7	1,8%	19,5%
Lei de Programação Militar (LPM)	230,7	230,9	0,1%	10,3%
Forças Nacionais Destacadas (FND)	52,0	54,0	3,8%	2,4%
Encargos com a Saúde (ADM)	41,0	41,0	0,0%	1,8%
Pensões de Reserva	105,4	110,8	5,2%	4,9%
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	240,0	244,3	1,8%	10,9%
2. Investimentos do Plano	16,7	16,7	0,0%	0,7%
2.1. - Financiamento nacional	16,7	16,7	0,0%	0,7%
2.2. - Financiamento comunitário	0,0			0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	145,7	141,0	-3,3%	6,3%
Entidades Públicas Reclassificadas	26,8	20,8	-22,4%	0,9%
Consolidação entre e intra-subsectores	6,9	6,8	-2,0%	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.218,1	2.241,8	1,1%	
DESPESA EFETIVA	2.214,3	2.237,8		

Por Memória

Ativos Financeiros	1,8	2,1
Passivos Financeiros	2,0	2,0

³No ODN para 2013 manteve-se a Arsenal do Alfeite, SA, como Entidade Pública Reclassificada [EPR], que, para o efeito, foi equiparado a Serviço e Fundo Autónomo [SFA], em consequência da aplicação do n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental [LEO] – Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na sua redação atual.

5.1. Análise Geral

Os quadros e gráficos seguintes, comparam a proposta de orçamento para 2013, com o orçamento inicial de 2012, e com a execução realizada em 2011, tendo em consideração apenas os serviços integrados.

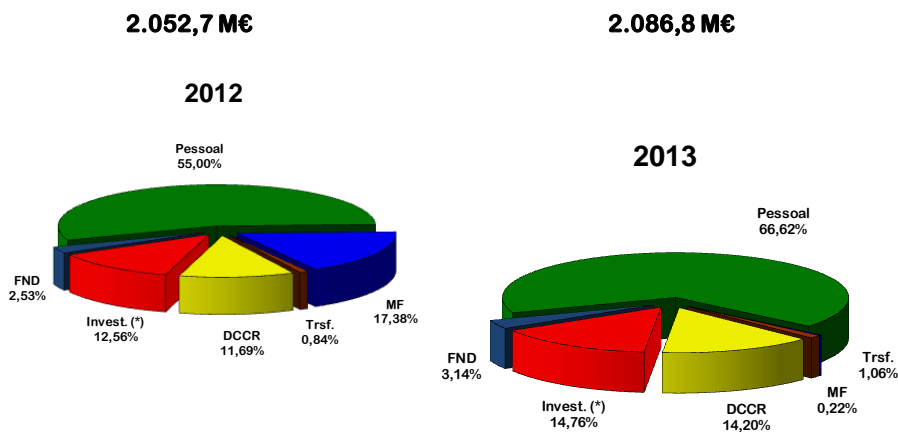
Quadro 7 – Desagregação por grupos de despesa

Designação	[Em Euros]		
	Realizado em 2011 (CGE)	2012 Inicial	Proposta ODN 2013
- Pessoal	1.313.229.371	1.128.713.699	1.146.107.494
* Remunerações Certas e Permanentes	827.542.223	699.251.036	731.558.433
* Abonos Variáveis ou Eventuais	99.478.296	94.238.644	63.708.910
* Segurança Social	386.208.853	335.224.019	350.840.151
- Material e equipamento	26.238.392	10.376.347	6.225.942
* Aquisição de bens de Capital	26.238.392	10.376.347	6.225.942
* Transferências de Capital	0	0	0
- Manutenção e funcionamento	269.723.587	356.823.250	370.261.993
* Aquisição de Bens	139.480.744	89.957.266	95.672.381
* Aquisição de serviços	130.146.337	100.325.441	111.759.315
* Outras despesas correntes	96.506	131.028.269	128.327.131
* Reserva orçamental	0	35.512.274	34.503.166
- Transferências	18.935.593	17.305.140	18.248.360
* Administração Central	8.354.336	6.624.438	6.624.438
* Administração Regional	0	0	0
* Administrações sem fins lucrativos	3.475.582	3.727.683	3.716.150
* Famílias	2.640.742	1.587.119	2.592.372
* Resto do mundo	4.464.932	5.365.900	5.315.400
TOTAL FUNCIONAMENTO	1.628.126.942	1.513.218.436	1.540.843.789
- Projetos	2.234.646	16.737.500	16.737.500
* Financiamento Nacional	2.234.646	16.737.500	16.737.500
* Financiamento Comunitário	0	0	0
- Lei de Programação Militar	325.594.309	230.735.000	230.909.000
- Forças Nacionais Destacadas ^(a)	0	52.000.000	54.000.000
ENCARGOS DO ESTADO	1.955.955.897	1.812.690.936	1.842.490.289
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar	19.611.271	7.000.000	4.000.000
- LPIM	4.859.984	81.050.000	84.745.000
- Infra-Estruturas NATO	0	6.237.100	6.237.100
- NATO Manutenção	0	2.111.600	2.132.600
- NAEW Force	0	0	0
- FAC	0	2.500.000	2.500.000
- Outras	116.701.562	141.112.210	144.701.965
SOMA DE DCCR	141.172.817	240.010.910	244.316.665
TOTAL	2.097.128.713	2.052.701.846	2.086.806.954

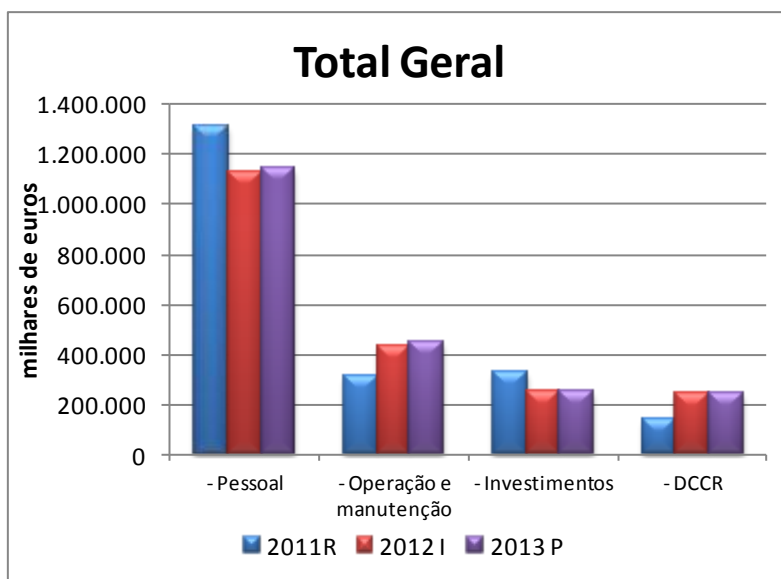
(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.

Quadro 8 – Variação por grupo de despesa

Designação	TOTAL	
	Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-12,73%	1,54%
- Material e equipamento	-76,27%	-40,00%
- Manutenção e funcionamento	37,27%	3,77%
-Transferências	-3,63%	5,45%
TOTAL FUNCIONAMENTO	-5,36%	1,83%
- Projetos	649,00%	0,00%
- Lei de Programação Militar	-29,08%	0,08%
- Forças Nacionais Destacadas		3,85%
ENCARGOS DO ESTADO	-5,80%	1,64%
SOMA DE DCCR	73,06%	1,79%
TOTAL	-0,49%	1,66%

**Distribuição do valor total por agrupamentos
[Sem Serviços e Fundos Autónomos]**


(*) – Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;
 MF – Manutenção e Funcionamento;

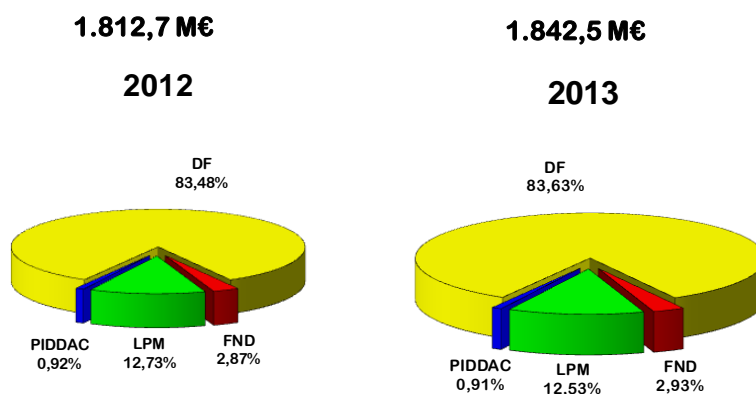


De salientar que o aumento de 1,54% ao nível das despesas com pessoal, comparando a proposta de orçamento para 2013 com o inicial de 2012 fica a dever-se à necessidade de fazer face ao pagamento do subsídio de Natal à totalidade dos funcionários, bem como acomodar o acréscimo previsto da contribuição por parte da entidade patronal para a Caixa-geral de Aposentações, que passará de 15 para 20%. Por outro lado, verifica-se uma redução na componente de “material e equipamento” e um ligeiro crescimento no agregado de Funcionamento, transferências e Forças Nacionais Destacadas. No cômputo geral verifica-se crescimento de 1,66%, face ao orçamento inicial de 2012.

Quadro 9 – Distribuição do total dos Encargos do Estado, por grandes grupos

[Em Euros]

Capítulos	Anos			
	2012 (Inicial)	Peso (em %)	2013 (Proposta)	Peso (em %)
1. Despesas de funcionamento	1.513.218.436	83,48%	1.540.843.789	83,63%
1.1. Despesas com o pessoal	1.128.713.699	62,27%	1.146.107.494	62,20%
1.2. Operação e Manutenção	384.504.737	21,21%	394.736.295	21,42%
2. Investimentos	247.472.500	13,65%	247.646.500	13,44%
2.1. LPM	230.735.000	12,73%	230.909.000	12,53%
2.2. Projetos	16.737.500	0,92%	16.737.500	0,91%
3. Forças Nacionais Destacadas	52.000.000	2,87%	54.000.000	2,93%
TOTAL	1.812.690.936	100,00%	1.842.490.289	100,00%

Meios financeiros disponibilizados à Defesa Nacional


[DF] – Despesas de Funcionamento

Não considerando as verbas inscritas na LPM, nem os Projetos (ex-PIDDAC), a distribuição dos encargos do Estado por departamentos é a que se apresenta de seguida.

Quadro 10 – Distribuição por Capítulos

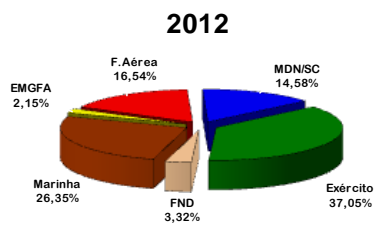
[Em Euros]

Capítulos	Anos				Variação	
	2012 (Inicial)	Peso (em %)	2013 (Proposta)	Peso (em %)	Quant.	(%)
Despesas de Funcionamento						
Capítulo 01 - MDN/SC	228.239.855	14,58%	226.120.622	14,18%	-2.119.233	-0,93%
Capítulo 02 - EMGFA	33.666.481	2,15%	35.086.469	2,20%	1.419.988	4,22%
Capítulo 03 - Marinha	412.446.604	26,35%	423.564.979	26,56%	11.118.375	2,70%
Capítulo 04 - Exército	579.977.896	37,05%	580.164.911	36,38%	187.015	0,03%
Capítulo 05 - Força Aérea	258.887.600	16,54%	275.906.808	17,30%	17.019.208	6,57%
Forças Nacionais Destacadas	52.000.000	3,32%	54.000.000	3,39%	2.000.000	3,85%
TOTAL	1.565.218.436	100,00%	1.594.843.789	100,00%	29.625.353	1,89%

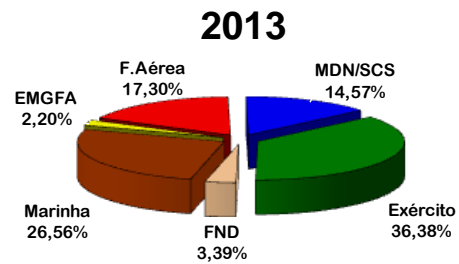
Nota: Inclui despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, transferências correntes, outras despesas correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital e exclui a Lei de Programação Militar e as Despesas Com Compensação em Receita e o Capítulo 50 (ex-PIDDAC).

Meios Financeiros disponibilizados à Defesa Nacional

1.565,2 M€



1.594,8 M€





MINISTÉRIO DA
DEFESA NACIONAL

**GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO
E SERVIÇOS CENTRAIS DE SUPORTE**

5.2. Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial

5.2.1. Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais

A dotação global afeta a este Capítulo é de 479,3 M€, com a distribuição constante do mapa e gráfico seguintes.

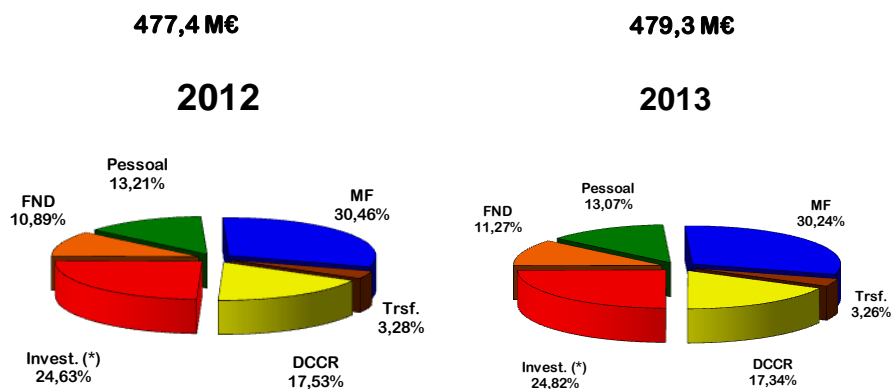
Quadro 11 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	Realizado em 2011 (CGE)	[Em Euros]	
		2012 Inicial	Proposta ODN 2013
- Pessoal	80.666.297	63.042.817	62.650.877
* Remunerações Certas e Permanentes	15.165.703	15.196.790	14.765.979
* Abonos Variáveis ou Eventuais	4.082.271	4.724.540	4.462.558
* Segurança Social	61.418.323	43.121.487	43.422.340
- Material e equipamento	2.179.711	4.113.335	2.910.089
* Aquisição de bens de Capital	2.179.711	4.113.335	2.910.089
* Transferências de Capital		0	0
- Manutenção e funcionamento	7.988.836	145.423.365	144.919.003
* Aquisição de Bens	1.019.577	1.862.159	1.717.179
* Aquisição de serviços	6.920.236	11.664.123	10.578.566
* Outras despesas correntes	49.023	131.018.273	128.217.381
* Reserva orçamental		878.810	4.405.877
- Transferências	16.467.557	15.660.338	15.640.653
* Administração Central	8.354.336	6.624.438	6.624.438
* Administração Regional		0	0
* Administrações sem fins lucrativos	3.431.204	3.700.000	3.688.000
* Famílias	260.585	12.500	12.815
* Resto do mundo	4.421.432	5.323.400	5.315.400
TOTAL FUNCIONAMENTO	107.302.401	228.239.855	226.120.622
- Projetos	57.431	12.237.500	12.237.500
* Financiamento Nacional	57.431	12.237.500	12.237.500
* Financiamento Comunitário		0	0
- Lei de Programação Militar	87.313.898	101.217.000	103.811.000
- Forças Nacionais Destacadas		52.000.000	54.000.000
ENCARGOS DO ESTADO	194.673.730	393.694.355	396.169.122
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar	12.103.657		
- LPIM	1.714.800	57.350.000	55.850.000
- Infra-Estruturas NATO		6.237.100	6.237.100
- NATO Manutenção		2.111.600	2.132.600
- NAEW Force			
- FAC		2.500.000	2.500.000
- Outras	18.864.430	15.487.624	16.371.945
SOMA DE DCCR	32.682.887	83.686.324	83.091.645
TOTAL	227.356.618	477.380.679	479.260.767

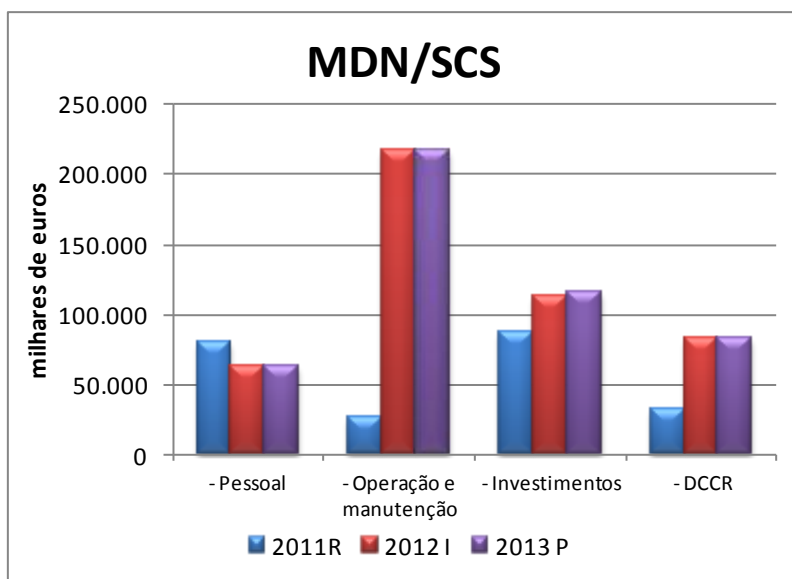
Quadro 12 – Variações

MDN/SC

Designação	Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-22,33%	-0,62%
- Material e equipamento	33,51%	-29,25%
- Manutenção e funcionamento	1714,02%	-0,35%
-Transferências	-5,02%	-0,13%
TOTAL FUNCIONAMENTO	110,73%	-0,93%
- Projetos		0,00%
- Lei de Programação Militar	18,89%	2,56%
- Forças Nacionais Destacadas		3,85%
ENCARGOS DO ESTADO	103,50%	0,63%
SOMA DE DCCR	154,24%	-0,71%
TOTAL	110,80%	0,39%

Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais
 Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos


-- Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;
 *MF – Manutenção e Funcionamento.



5.2.1.1. Gabinetes dos Membros do Governo

O orçamento dos Gabinetes totaliza 3,234 M€, dos quais 2,034 M€ estão destinados a suportar as despesas com o pessoal que lhe está afeto. Globalmente a dotação distribui-se da seguinte forma:

- Gabinete do Ministro 2.207.500
- Gabinete do Secretário de Estado 945.431
- Reserva Orçamental 80.851

5.2.1.2. Serviços Centrais

As dotações propostas para os SC totalizam 476,026 M€, que se distribuem da seguinte forma:

- Funcionamento estrito 177.530.963
- Reserva Orçamental 4.405.877
- Forças Nacionais Destacadas (FND) 54.000.000
- Assistência na Doença aos Militares (ADM) 40.950.000
- Projetos (ex-PIDDAC) 12.237.500
- Lei de Programação Militar (LPM) 103.811.000
- Despesas com compensação em receita (DCCR) 83.091.645

Nos pontos seguintes apresenta-se o detalhe dos valores acima indicados.



5.2.1.2.1.Despesas com o Pessoal

Estas despesas num total de 62,6 M€ incluem os encargos com pessoal decorrentes da respetiva Lei Orgânica do Ministério (Gabinetes e SC), bem como encargos correspondentes a:

- Assistência na Doença aos Militares (40,9 M€);
- Pessoal que se encontra em situação de mobilidade especial, 155 funcionários (2,4 M€);

5.2.1.2.2.Manutenção e Funcionamento

Com uma dotação global de 12,3 M€, este agrupamento inclui as dotações destinadas a suportar as despesas de funcionamento normal dos serviços, bem como as resultantes da aplicação do regime de incentivos ao recrutamento no âmbito da Lei do Serviço Militar, designadamente com o Dia da Defesa Nacional (4,5 M€), com o pagamento das despesas com o transporte de pessoas e bens em missão de cooperação nos PALOP (0,9 M€), ao pagamento de seguros, designadamente os que decorrem da presença dos militares em Missões Humanitárias e de Paz (0,4 M€).

5.2.1.2.3.Transferências

Neste grupo estão incluídas as dotações destinadas a Instituições tuteladas pelo MDN e a outras com interesse direto para a Defesa, nomeadamente:

- | | |
|--|-----------|
| • Instituto de Ação Social das Forças Armadas | 6.574.438 |
| • Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Combatentes e Associação dos Deficientes das Forças Armadas | 2.556.000 |
| • Encargos com a participação portuguesa em diversos organismos internacionais na área da Defesa, incluindo a comparticipação nacional para infraestruturas NATO | 5.266.400 |
| • Montante destinado ao programa de apoio a ex-militares vítimas de stress de guerra e pós traumático | 532.000 |



ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS



5.2.2. Estado-Maior General das Forças Armadas

O orçamento do EMGFA proposto para 2013 totaliza 44,9 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	34.209.307
• Reserva Orçamental	877.162
• Lei de Programação Militar	6.798.000
• Despesas com compensação em receita	3.047.000

Relativamente ao orçamento de 2012, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 1,4 M€, correspondendo a 4,22%.

Quadro 13 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	Realizado em 2011 (CGE)	2012 Inicial	EMGFA
			[Em Euros] Proposta ODN 2013
- Pessoal	29.680.478	24.728.484	24.189.621
* Remunerações Certas e Permanentes	10.653.565	9.008.959	8.440.417
* Abonos Variáveis ou Eventuais	17.355.125	14.309.452	14.439.770
* Segurança Social	1.671.789	1.410.073	1.309.434
- Material e equipamento	2.267.772	587.594	839.498
* Aquisição de bens de Capital	2.267.772	587.594	839.498
* Transferências de Capital		0	0
- Manutenção e funcionamento	7.834.599	8.307.903	10.057.350
* Aquisição de Bens	1.700.081	1.506.133	2.012.941
* Aquisição de serviços	6.134.518	5.958.216	7.167.247
* Outras despesas correntes		0	0
* Reserva orçamental		843.554	877.162
- Transferências	43.500	42.500	0
* Administração Central		0	0
* Administração Regional		0	0
* Administrações sem fins lucrativos		0	0
* Famílias		0	0
* Resto do mundo	43.500	42.500	0
TOTAL FUNCIONAMENTO	39.826.349	33.666.481	35.086.469
- Projetos	0	0	0
* Financiamento Nacional		0	0
* Financiamento Comunitário			
- Lei de Programação Militar	4.988.861	4.890.000	6.798.000
- Forças Nacionais Destacadas ^(a)			
ENCARGOS DO ESTADO	44.815.210	38.556.481	41.884.469
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM			
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	422.352	625.000	3.047.000
SOMA DE DCCR	422.352	625.000	3.047.000
TOTAL	45.237.562	39.181.481	44.931.469

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.



Quadro 14 - Variações

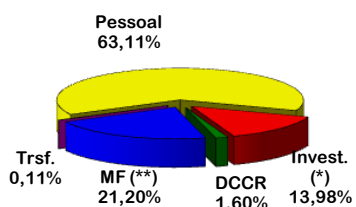
Designação	EMGFA Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-18,50%	-2,18%
- Material e equipamento	-62,98%	42,87%
- Manutenção e funcionamento	28,37%	21,06%
-Transferências		
TOTAL FUNCIONAMENTO	-11,90%	4,22%
- Projetos		
- Lei de Programação Militar	36,26%	39,02%
- Forças Nacionais Destacadas		
ENCARGOS DO ESTADO	-6,54%	8,63%
SOMA DE DCCR	621,44%	387,52%
TOTAL	-0,68%	14,68%

Estado-Maior-General das Forças Armadas
Distribuição do “plafond” por agrupamentos



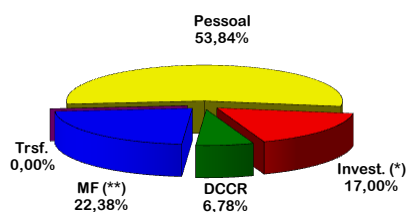
39,2 M€

2012



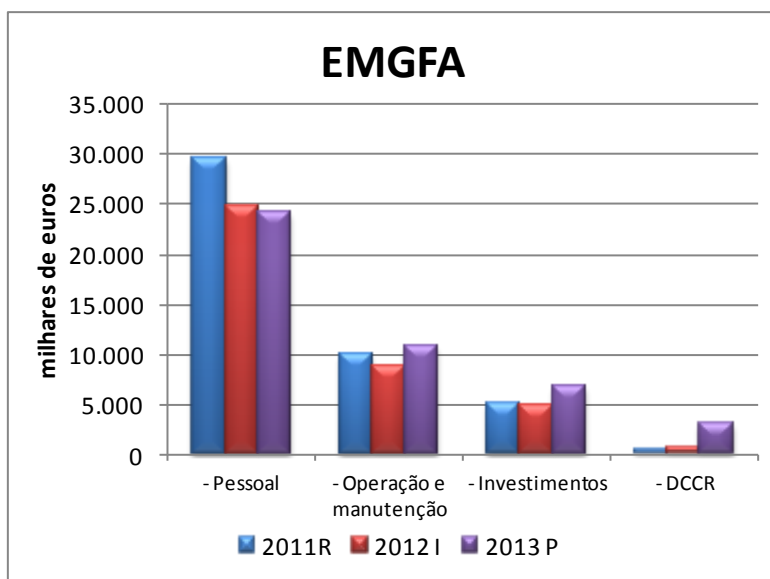
44,9 M€

2013



* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;

** MF – Manutenção e Funcionamento.



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

5.2.2.1. Despesas com o Pessoal

Neste agrupamento, assumem maior expressão as dotações destinadas a Pessoal dos Quadros – regime da função pública, Gratificações, Suplementos e Prémios (7,8 M€), e a liquidação dos encargos com os vencimentos dos Adidos Militares no estrangeiro e de outros detentores de cargos internacionais (13,0 M€), incluídos em Abonos Variáveis ou Eventuais.

5.2.2.2. Material e Equipamento

No valor de 0,8 M€ estas dotações destinam-se, nomeadamente, à aquisição de equipamento e software informático bem como equipamento administrativo diverso.

5.2.2.3. Manutenção e Funcionamento

As dotações inscritas neste agrupamento de despesas, no total de 10,1M€, destinam-se fundamentalmente a;

- Combustíveis e lubrificantes para consumo no EMGFA, Adidos, Missões, Comando Operacional dos Açores e Madeira
- Material de escritório e outros bens, incluindo missões militares no estrangeiro
- Serviços relativos à conservação de bens afetos ao EMGFA



- Serviços de locação de edifícios para os Adidos, Missões, COA e COM
- Serviços de comunicações (via satélite, circuitos nacionais, telemóveis, telefones fixos), incluindo as comunicações efetuadas pelos Adidos, Missões, COA e COM
- Serviços de transportes de bens e pessoas no âmbito do desempenho de cargos internacionais
- Serviços relacionados com a representação oficial e deslocações em serviço
- Outros serviços necessários ao funcionamento do EMGFA



MARINHA



5.2.3. Marinha

O orçamento da Marinha para 2013 totaliza 551,45 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	414.279.342
• Reserva Orçamental	9.768.836
• Projetos (ex-PIDDAC)	1.500.000
• Lei de Programação Militar	78.555.000
• Lei de Programação de Infraestruturas Militares	5.800.000
• Despesas com compensação em receita	42.028.291

Relativamente ao orçamento de 2012, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 11,1 M€, correspondendo um aumento de 2,70%.

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante dos quadros seguintes.

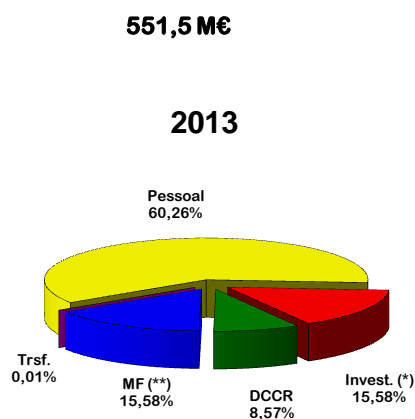
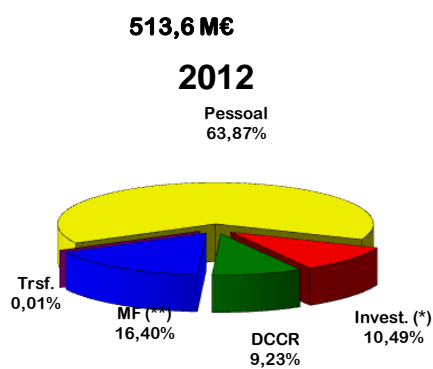
Quadro 15 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	Realizado em 2011 (CGE)	[Em Euros]	
		2012 Inicial	Proposta ODN 2013
- Pessoal	377.880.458	328.076.902	336.195.277
* Remunerações Certas e Permanentes	246.473.157	211.999.809	215.925.901
* Abonos Variáveis ou Eventuais	16.499.200	12.257.645	16.504.903
* Segurança Social	114.908.101	103.819.448	103.764.473
- Material e equipamento	3.722.454	82.000	433.096
* Aquisição de bens de Capital	3.722.454	82.000	433.096
* Transferências de Capital		0	0
- Manutenção e funcionamento	94.703.766	84.249.156	86.905.456
* Aquisição de Bens	42.119.748	32.258.712	30.876.196
* Aquisição de serviços	52.566.639	40.652.555	46.155.674
* Outras despesas correntes	17.379	4.750	104.750
* Reserva orçamental		11.333.139	9.768.836
- Transferências	48.984	38.546	31.150
* Administração Central		0	0
* Administração Regional		0	0
* Administrações sem fins lucrativos	44.378	27.650	27.650
* Famílias	4.606	10.896	3.500
* Resto do mundo		0	0
TOTAL FUNCIONAMENTO	476.355.662	412.446.604	423.564.979
- Projetos	1.680.832	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Nacional	1.680.832	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário		0	0
- Lei de Programação Militar	95.621.638	52.278.000	78.555.000
- Forças Nacionais Destacadas ^(a)			
ENCARGOS DO ESTADO	573.658.132	466.224.604	503.619.979
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM	688.440	4.600.000	5.800.000
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	26.420.329	42.805.698	42.028.291
SOMA DE DCCR	27.108.769	47.405.698	47.828.291
TOTAL	600.766.901	513.630.302	551.448.270

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.

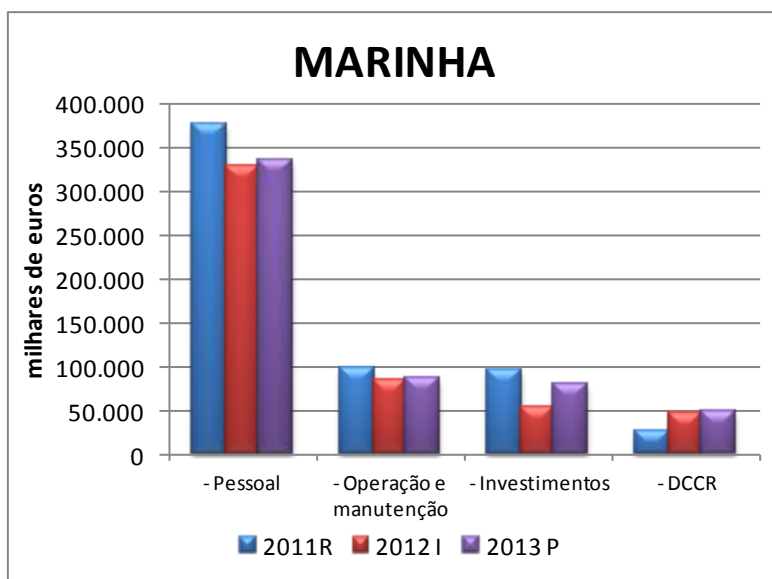
Quadro 16 - Variações

Designação	MARINHA Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-11,03%	2,47%
- Material e equipamento	-88,37%	428,17%
- Manutenção e funcionamento	-8,23%	3,15%
-Transferências	-36,41%	-19,19%
TOTAL FUNCIONAMENTO	-11,08%	2,70%
- Projetos		0,00%
- Lei de Programação Militar	-17,85%	50,26%
- Forças Nacionais Destacadas		
ENCARGOS DO ESTADO	-12,21%	8,02%
SOMA DE DCCR	76,43%	0,89%
TOTAL	-8,21%	7,36%

Marinha
 Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos


*- Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital

** - MF – Manutenção e Funcionamento.



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

5.2.3.1. Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 336,2 M€, e representam um aumento de 8,1 M€ (2,47%), face ao orçamento inicial para 2012.

5.2.3.2. Material e Equipamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 0,43 M€, destinam-se ao apetrechamento/substituição de equipamentos informáticos para os diversos Comandos, Unidades Substituição e à aquisição de equipamento administrativo diverso.

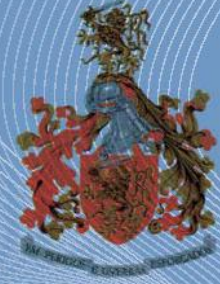
5.2.3.3. Manutenção e Funcionamento

As despesas consideradas neste grupo, totalizando o valor de 86,9 M€, dizem respeito a:

- Combustíveis e lubrificantes para as diversas atividades operacionais (fiscalização do mar territorial e da ZEE; busca e salvamento; exercícios; instrução e treino; hidrografia, oceanografia, balizagem e farolagem; operação e treino do Corpo de Fuzileiros; etc.)
- Alimentação e fardamento do pessoal
- Aquisição de sobressalentes mecânicos, elétricos e eletrónicos para o apoio logístico dos equipamentos existentes nas Unidades Navais



- Material de consumo geral, destinado ao apoio logístico dos Comandos, Unidades e Serviços da Marinha
- Encargos com o fornecimento de água, luz e gás de uso doméstico
- Manutenção da esquadra (serviços a prestar pela Arsenal do Alfeite)
- Reparações a efetuar nos helicópteros LYNX MK95
- Reparações navais na Indústria Privada
- Encargos com atividades no âmbito da formação do pessoal, incluindo a elevação dos níveis académicos, por força do EMFAR
- Pagamento de serviços a prestar pelo Instituto Hidrográfico no campo da hidrografia e oceanografia, de interesse vital para a Marinha
- Outros trabalhos especializados e aquisição de serviços especializados de apoio a Navios



EXÉRCITO



5.2.4. Exército

O orçamento do Exército para 2013 totaliza 659,4 M€ distribuído pelos seguintes grupos de despesas:

• Funcionamento estrito	567.024.596
• Reserva orçamental	13.140.315
• Projetos (ex-PIDDAC)	1.500.000
• Lei de Programação Militar	16.923.000
• Lei de Programação de Infraestruturas Militares	15.800.000
• Despesas com compensação em receitas	45.000.000

Relativamente ao orçamento de 2012, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 0,19 M€, correspondendo a um aumento de 0,03%.

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante do mapa seguinte.

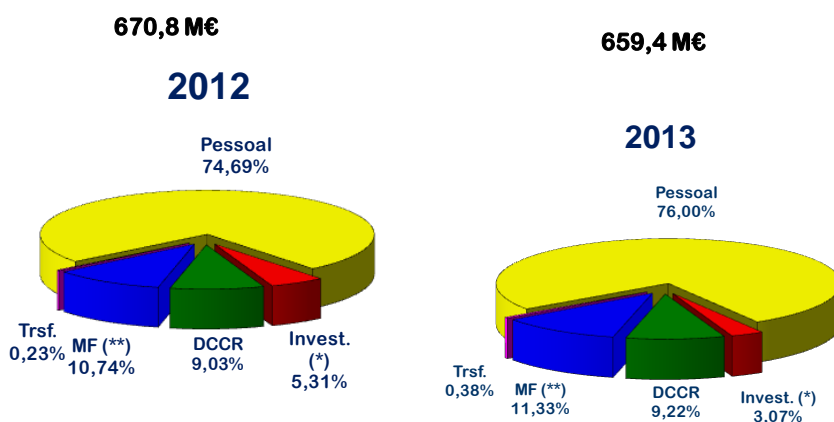
Quadro 17 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	Realizado em 2011 (CGE)	[Em Euros]	
		2012 Inicial	Proposta ODN 2013
- Pessoal	576.223.327	500.977.896	501.164.911
* Remunerações Certas e Permanentes	380.797.761	325.879.533	345.998.093
* Abonos Variáveis ou Eventuais	51.881.228	45.727.737	20.978.844
* Segurança Social	143.544.338	129.370.626	134.187.974
- Material e equipamento	13.862.621	5.422.720	1.801.813
* Aquisição de bens de Capital	13.862.621	5.422.720	1.801.813
* Transferências de Capital		0	0
- Manutenção e funcionamento	84.740.417	72.039.966	74.676.947
* Aquisição de Bens	58.136.085	35.739.478	40.431.981
* Aquisição de serviços	26.580.548	20.811.583	21.104.651
* Outras despesas correntes	23.784	128	0
* Reserva orçamental		15.488.777	13.140.315
- Transferências	2.343.079	1.537.314	2.521.240
* Administração Central		0	0
* Administração Regional		0	0
* Administrações sem fins lucrativos		33	0
* Famílias	2.343.079	1.537.281	2.521.240
* Resto do mundo		0	0
TOTAL FUNCIONAMENTO	677.169.444	579.977.896	580.164.911
- Projetos	121.450	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Nacional	121.450	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário			
- Lei de Programação Militar	71.483.165	28.695.000	16.923.000
- Forças Nacionais Destacadas ^(a)			
ENCARGOS DO ESTADO	748.774.059	610.172.896	598.587.911
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar	7.507.614	7.000.000	4.000.000
- LPIM	2.456.744	12.600.000	15.800.000
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	31.729.883	41.000.000	41.000.000
SOMA DE DCCR	41.694.241	60.600.000	60.800.000
TOTAL	790.468.300	670.772.896	659.387.911

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.

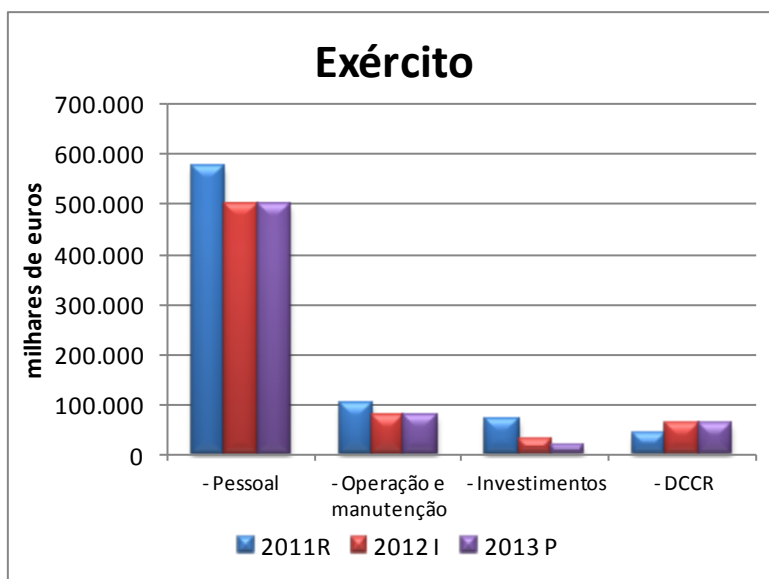
Quadro 18 - Variações

Designação	EXÉRCITO	
	Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-13,03%	0,04%
- Material e equipamento	-87,00%	-66,77%
- Manutenção e funcionamento	-11,88%	3,66%
-Transferências	7,60%	64,00%
TOTAL FUNCIONAMENTO	-14,33%	0,03%
- Projetos		0,00%
- Lei de Programação Militar	-76,33%	-41,02%
- Forças Nacionais Destacadas		
ENCARGOS DO ESTADO	-20,06%	-1,90%
SOMA DE DCCR	45,82%	0,33%
TOTAL	-16,58%	-1,70%

Exército
 Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos


* – Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;

** MF – Manutenção e Funcionamento.



Os valores indicados no mapa anterior têm a seguinte justificação:

5.2.4.1.Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 580,2 M€, e representam um aumento de 0,19 M€ (0,04%), se comparadas com o orçamento inicial para 2012.

5.2.4.2.Material e Equipamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 1,8 M€, destinam-se à aquisição de equipamentos e software informático, bem como de material e mobiliário diverso, incluindo obras de engenharia.

5.2.4.3.Manutenção e Funcionamento

As despesas consideradas neste grupo, no total de 74,7 M€, destinam-se, essencialmente, a:

- Aquisição de combustíveis
- Aquisição de géneros para confeccionar e alimentação confeccionada
- Encargos com fardamento e equipamento individual
- Aquisição de materiais para beneficiação, conservação e manutenção de instalações militares e material de transporte
- Despesas com o fornecimento de água, luz e força motriz
- Despesas com a manutenção, conservação e reparação de equipamentos e instalações



- Despesas com comunicações
- Despesas com formação
- Despesas com deslocações e estadas
- Despesas com aquisição de serviços diversos

5.2.4.4. Transferências

O valor inscrito neste agrupamento, 2,5 M€, destina-se, essencialmente ao pagamento de pensões às ex-costureiras das OGFE, nos termos do Decreto-Lei n.º 218/76, de 27 de Março.



FORÇA AÉREA



5.2.5. Força Aérea

O orçamento da Força Aérea para 2013 totaliza a importância de 351,8 M€, distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

• Funcionamento estrito	269.595.862
• Reserva Orçamental	6.310.946
• Lei de Programação Militar	24.822.000
• Lei de Programação de Infraestruturas Militares	7.295.000
• Projetos (ex-PIDDAC)	1.500.000
• Despesas com contrapartida em receita	42.254.729

Relativamente ao orçamento de 2012, verifica-se que as despesas de funcionamento sofreram um acréscimo de 17,2 M€, correspondendo um aumento de 6,57%.

A distribuição dos valores propostos por agrupamentos económicos é a constante dos quadros seguintes.

Quadro 19 – Distribuição por grupos de despesa

Designação	[Em Euros]		
	Realizado em 2011 (CGE)	2012 Inicial	Proposta ODN 2013
- Pessoal	248.778.811	211.887.600	221.906.808
* Remunerações Certas e Permanentes	174.452.037	137.165.945	146.428.043
* Abonos Variáveis ou Eventuais	9.660.472	17.219.270	7.322.835
* Segurança Social	64.666.302	57.502.385	68.155.930
- Material e equipamento	4.205.834	170.698	241.446
* Aquisição de bens de Capital	4.205.834	170.698	241.446
* Transferências de Capital		0	0
- Manutenção e funcionamento	74.455.969	46.802.860	53.703.237
* Aquisição de Bens	36.505.253	18.590.784	20.634.084
* Aquisição de serviços	37.944.396	21.238.964	26.753.177
* Outras despesas correntes	6.320	5.118	5.000
* Reserva orçamental		6.967.994	6.310.976
- Transferências	32.472	26.442	55.317
* Administração Central		0	0
* Administração Regional		0	0
* Administrações sem fins lucrativos		0	500
* Famílias	32.472	26.442	54.817
* Resto do mundo		0	0
TOTAL FUNCIONAMENTO	327.473.086	258.887.600	275.906.808
- Projetos	374.933	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Nacional	374.933	1.500.000	1.500.000
* Financiamento Comunitário			
- Lei de Programação Militar	66.186.747	43.655.000	24.822.000
- Forças Nacionais Destacadas ^(a)			
ENCARGOS DO ESTADO	394.034.765	304.042.600	302.228.808
Despesas com compensação em receita			
- Lei de Programação Militar			
- LPIM		6.500.000	7.295.000
- Infra-Estruturas NATO			
- NATO Manutenção			
- NAEW Force			
- FAC			
- Outras	39.264.568	41.193.888	42.254.729
SOMA DE DCCR	39.264.568	47.693.888	49.549.729
TOTAL	433.299.333	351.736.488	351.778.537

(a) Não são apresentados valores para a coluna 1 em virtude dos mesmos se encontrarem diluídos pelos respectivos agrupamentos de despesa.

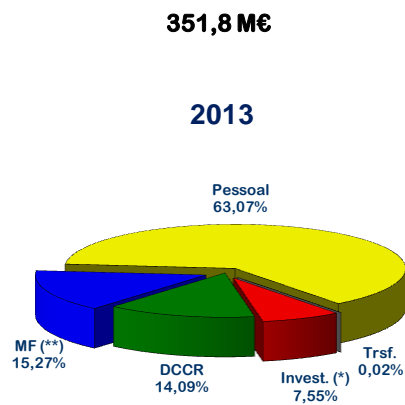
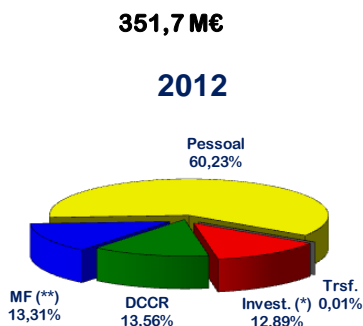


Quadro 20 - Variações

FORÇA AÉREA

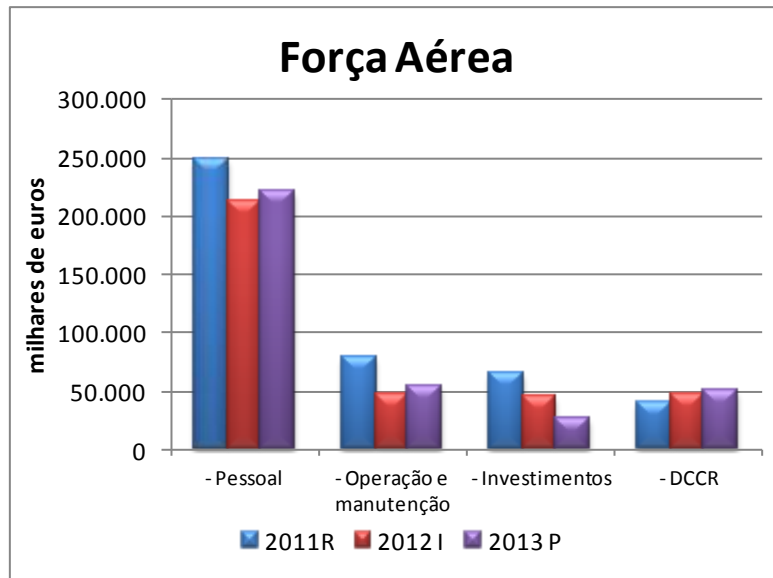
Designação	Comparação ODN 2013 com	
	Realizado em 2011	Inicial de 2012
- Pessoal	-10,80%	4,73%
- Material e equipamento	-94,26%	41,45%
- Manutenção e funcionamento	-27,87%	14,74%
- Transferências	70,35%	109,20%
TOTAL FUNCIONAMENTO	-15,75%	6,57%
- Projetos		0,00%
- Lei de Programação Militar	-62,50%	-43,14%
- Forças Nacionais Destacadas		
ENCARGOS DO ESTADO	-23,30%	-0,60%
SOMA DE DCCR	26,19%	3,89%
TOTAL	-18,81%	0,01%

Força Aérea
Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos



* – Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;

** MF – Manutenção e Funcionamento..



5.2.5.1.Despesas com o Pessoal

As dotações inscritas neste agrupamento, totalizam 221,9 M€, e representam um acréscimo de 10,0 M€ (4,73%), se comparadas com o orçamento inicial para 2012.

5.2.5.2.Operação e Manutenção

As despesas consideradas neste âmbito, no total de 53,7 M€, englobam despesas relativas à aquisição e manutenção dos diferentes equipamentos com vista à manutenção da capacidade de operação da Força Aérea, nomeadamente:

- A operação dos meios aéreos, com a finalidade da prossecução da missão primária da Força Aérea e de missões de interesse público e humanitárias e de paz;
- Aquisição de combustíveis e sobressalentes destinados à manutenção de 1º e 2º escalão das aeronaves, a efectuar nas Unidade Aéreas, bem como a reparação dos seus equipamentos;
- A manutenção da capacidade de regeneração de algumas frotas que se encontram particularmente afectadas;
- A reparação de infra-estruturas de maior porte, num grau mínimo indispensável;
- A formação de pilotos de F-16/MLU nos Estados Unidos da América;
- Aquisição de pequenos equipamentos.

